Cardeal Hummes: “Igreja não quer promover na Amazônia uma nova nação”

No contexto do processo do Sínodo para a Amazônia, convocado pelo papa Francisco para outubro deste ano, o arcebispo emérito de São Paulo (SP) e presidente da Comissão Episcopal Especial para a Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cardeal Cláudio Hummes, afastou alguns temores que poderiam se manifestar em relação à assembleia sinodal. Sua exposição aconteceu no Conselho Permanente de novembro de 2018.

Após revelar a felicidade com o interesse que muitas pessoas, ainda naquela época, já manifestavam em relação ao Sínodo, que deve apontar “novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”, dom Cláudio buscou tranquilizar aqueles que ainda estavam confusos sobre a proposta do Sínodo.

“Há certos temores, até do Estado, da política brasileira e dos outros países. Mas ali não precisa ter temor nenhum, porque a Igreja não está querendo de forma nenhuma promover ali uma nova nação, um novo país, não. A Igreja fica como está, mas temos que saber trabalhar e estarmos interligados, respeitando as diferenças”, afirmou em entrevista.

Dom Cláudio retomou aos bispos o papel da Conferência Episcopal no cumprimento de etapas anteriores à assembleia, como a função de sintetizar os materiais de escutas das dioceses que serão enviados à Santa Sé para que o Conselho Sinodal elabore o texto de trabalho que os bispos utilizarão no encontro, em Roma, no mês de outubro.

Outro apontamento de dom Cláudio foi sobre o “novo sujeito eclesial” que nasce neste contexto do sínodo. Para a localidade, a Pan-Amazônia, este “novo sujeito eclesial”, o papa Francisco quer oferecer “um projeto de pastoral de conjunto e missionário específico”.

Neste sentido, ao contrário da criação de um novo país na região da Pan-Amazônia, ou de uma nova conferência episcopal, há a proposta pastoral, ou seja, de atuação da Igreja. Assim, o que até agora era definido em âmbito nacional pela CNBB, dará lugar a um projeto que envolve outras

conferências episcopais, dos outros países da região (Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, que é um território francês).

“A CNBB, aqui no Brasil, digamos, não terá toda essa responsabilidade de definir a pastoral porque terá um outro plano de pastoral de conjunto, como a Conferência de Aparecida (2007) disse que, ‘para a Pan-Amazônia, é necessário encontrar um plano de pastoral de conjunto diferenciado’. Agora está se apresentando isso”, explica.

É uma descentralização que acontece e um trabalho em conjunto, que se expressa na atuação da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam), também presidida por dom Cláudio. O cardeal destaca a positividade nesta “descentralização”: “Como o que o papa diz, nós precisamos dar responsabilidades locais, regionais e não centralizar tudo, porque a centralização ajuda de uma certa forma, mas pode inibir qualquer criatividade e diferenças, que muitas vezes não são trabalhadas em uma conferência nacional”.

O convite, neste contexto de busca por novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral, é para apoio e trabalho em conjunto. “É claro que sempre fará parte da CNBB a nossa Amazônia, mesmo com um próprio plano de pastoral que inclui também outras conferências. Mas é preciso procurar entender isso e ver não como alguma coisa que atrapalha. Não. É um passo avante que nos ajuda a sermos Igreja que aceita as diferenças e a diversidade”.